

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



O LIVRO E A LEITURA

VOLUME 20, 1999

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

O EMIGRANTE E A LEITURA A COLONIA PORTUGUESA DO BRASIL E AS SUAS PUBLICAÇÕES

1. *Os lugares da leitura: sociabilidade e adaptação do emigrante*

A imagem do emigrante povoa há muito o imaginário da sociedade portuguesa. No século XIX, o "brasileiro", quase sempre, lembrava o burguês rico e rude, com dinheiro e "sem cultura" (1). No século XX, a figura do emigrante, sobretudo aquele que embarca para o Brasil, é pintada com outras tintas. A imagem do "brasileiro", sobretudo a dos romances de Ferreira de Castro, é a de um homem *

* Universidade Fernando Pessoa (Porto). Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra.

(1) O desconhecimento por parte dos intelectuais do século passado do esforço de muitos imigrados para a perpetuação da "cultura portuguesa" no Brasil, entendida aqui no sentido vulgar de erudição, através da criação de inúmeras instituições de carácter associativo e cultural, como o Real Gabinete Português de Leitura, criado em 1837, é sem dúvida responsável pela "má figura" do "brasileiro" que não se coaduna com a imagem real de alguns deles, mistos de "mecenas" e patronos, construtores de escolas, hospitais, promotores das mais diversas actividades de cunho social e cultural. Sobre o tema ver entre outros Jorge Fernandes Alves, *Os Brasileiros. Imigração e retorno no Portugal Oitocentista*, Porto, s.e., 1994, e Maria Beatriz Rocha-Trindade, "Reflexos culturais da emigração para o Brasil", *Análise Social*, nº 90, 1986.

perdido, frustrado e sem rumo nas áreas urbanas de São Paulo ou nas selvas do norte do Brasil.

Fora de Portugal, no Brasil, este "brasileiro" não passa do "português", do "portuga" ou do "galego", uma designação que extrapola os limites geográficos portugueses. A sua imagem, porém, continua sendo marcada de forma marginal. Na literatura aparece, por vezes, como habitualmente é caracterizado pela sociedade que o recebe, como um tipo avarento, que só pensa em ganhar dinheiro, sem muitos escrúpulos e sem "respeito" pelas "letras" e pelas "artes". No quotidiano, ele é visto como um "burro de carga", trabalhando de sol a sol para amealhar fortuna e voltar para a sua terra, ainda que, frequentemente, não o faça ou não consiga fazê-lo. Na realidade, na maior parte das vezes, ele é um "homem do campo", que foi forçado a deixar a sua terra natal em busca de melhores condições de vida. A trajetória que percorre até chegar ao país de acolhimento desvenda as suas origens, mas a sua vida como imigrante, revelam o impacto e as mudanças que decorrem do seu contacto com uma nova realidade.

Em geral, quando chegam ao Brasil os "patrícios", como se autodenominam e são chamados pela comunidade envolvente, estão impreparados para o novo mundo urbano⁽²⁾. Oriundos do campo, raros são os que possuem uma formação técnica especializada e muitos são aqueles que não sabem ler e muito poucos possuem a instrução primária completa⁽³⁾. Neste sentido, o amparo da colónia e o papel das associações é fundamental para a sobrevivência inicial dos recém-chegados e a sua adaptação ao "novo mundo". Os portugueses já estabelecidos costumam ir aos portos para escolherem entre os que chegam os seus empregados, enquanto as associações da colónia desenvolvem trabalhos assistenciais, legalizando os clandestinos e dando assistência aos que estão doentes ou desempregados⁽⁴⁾. Para

(2) Nos limitaremos ao período que vai de 1930 a 1960.

(3) Desde o período republicano, há textos legais destinados a proibir a emigração de analfabetos, mas que nunca são postos em vigor.

(4) Algumas associações, como é o caso da Obra de Assistência aos Portugueses Desamparados, chegam a estipular horários de atendimento para os membros da colónia que desejassem encaminhar os seus pedidos de legalização. Ver, entre outros: Obra de Assistência aos Portugueses

além destas acções, no entanto, na maioria dos casos, é preciso "transformar" o patricio rude em alguém dotado dos requisitos culturais mínimos para a vida na grande cidade.

A ideia de "preparar" o emigrante para uma nova vida nasce com os primeiros emigrados políticos do liberalismo. Em 1868, alguns destes fundam o Liceu Literário Português, do Rio de Janeiro, destinado ao ensino básico e técnico dos que emigram⁽⁵⁾. Mantido pelos sócios, pelas doações e donativos da colônia, no seu programa inicial, aprovado em 24 de Agosto de 1869, afirma-se a ideia do Liceu como "uma associação composta por indivíduos capazes de ensinar a indivíduos necessitados de aprender"⁽⁶⁾. Para além desta função, é privilegiada a criação de cursos técnicos e de alfabetização em aulas nocturnas para "ensinar o povo"⁽⁷⁾.

Já neste século, na década de trinta e nas seguintes, a sua função como entidade educativa para adultos cresce e os seus cursos técnicos ganham uma grande popularidade entre a colônia e a população natural da cidade. No quadro de matrículas, a grande maioria dos alunos é de brasileiros, sendo grande parte filhos de emigrantes, do sexo masculino, trabalhadores, maiores de 13 anos.

Desamparados, *Relatório da Obra de Assistência aos Portugueses Desamparados*, n.º 16-17-18 (referentes aos anos de 1937-38; 1938-39 e 1939-40), Rio de Janeiro, Papelaria Ribeiro, 1940, p. 44 a 47 e 115.

(5) Esta instituição é criada por dissidentes de uma associação cultural chamada Retiro Literário Português, fundado em 1859, que funcionava como uma espécie de biblioteca e local de convívio cultural aberto ao público emigrante.

(6) Citado por Cândido Oliveira, *Três Épocas, um pouco de História do Liceu Literário Português*, Rio de Janeiro, Liceu, 1956, p. 15. No entanto, no que se refere ao ensino básico são poucas as instituições portuguesas no Brasil dedicadas ao ensino. Apesar do Decreto n.º 14.694, de 6 de Dezembro de 1927, que reconhece a escola portuguesa D. Nun'Alvares Pereira, no Rio de Janeiro, o governo português e os próprios emigrantes pouco fizeram ou puderam fazer, ante o peso da legislação brasileira, em relação à área da educação. Algumas instituições, no entanto, merecem menção, como o Liceu Literário Português, a própria Escola D. Nun'Alvares Pereira e as Escolas da Colônia Portuguesa do Brasil, de São Paulo, e a Escola Filipa de Vilhena, mantida pelo Grémio Literário de Belém do Pará.

(7) Citado por Cândido Oliveira, *ob. cit.*, p. 15. Tais pressupostos revelam a matriz ideológica liberal dos seus fundadores.

Frequentam os cursos nocturnos, equivalentes aos primeiros três anos do Curso Básico, correspondentes ao Curso Primário, ou o Curso Técnico Comercial⁽⁸⁾. Como o Liceu, uma outra escola inicialmente destinada à alfabetização de adultos, a Escola Portuguesa, fundada no dia 14 de Agosto de 1921, sob os auspícios do Centro D. Nun'Alvares Pereira, mantém cursos nocturnos destinados aos emigrantes⁽⁹⁾).

No entanto, o progresso destas instituições no campo da alfabetização não pode ser avaliado, ainda que, em 1935, o resultado apresentado pelo Inquérito Consular sobre a colónia portuguesa do Brasil apresente uma taxa de 78% de alfabetização entre os portugueses residentes no Rio de Janeiro e atribua tal facto à actuação das instituições de ensino mantidas pela colónia⁽¹⁰⁾. O certo é que a circulação de periódicos e livros é uma constante nas principais referências para a composição de um retrato da colónia.

Os espaços de leitura disponíveis para o emigrante se encontram espalhados em algumas das principais associações da colónia. A mais tradicional delas, é, sem dúvida, o Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Criado com dois objectivos, a leitura e o convívio, o Gabinete Português de Leitura, é fundado em 14 de Maio de 1837 por emigrados políticos liberais, exilados após a vitória do absolutismo de D. Miguel⁽¹¹⁾. Como outras salas do

(8) Ver Cândido Oliveira, *ob. cit.*, p. 151 ss.

(9) Em Janeiro de 1926 esta escola passa a trabalhar em turnos diurnos, dedicados à formação primária, desaparecendo em 1938, quando sofre, para além do desaparecimento da sua instituição fundadora, as ingerências da nacionalização promovida pelo governo Vargas que proíbe a existência de escolas voltadas para os núcleos de emigrantes. Em decorrência desta legislação, outras instituições, como as Escolas da Colónia Portuguesa do Brasil, fundadas em 1933 pelo Centro Republicano Português, em São Paulo, são incorporadas nas respectivas Casas de Portugal, de São Paulo e do Rio de Janeiro, e submetidas à legislação brasileira de ensino. Sobre o tema ver: Heloísa Paulo, *'Aqui também é Portugal'. A colónia portuguesa do Brasil e o salazarismo*. Dissertação de doutoramento, policopiado, Coimbra, 1997.

(10) Inquérito Consular de 1934. Relatório apresentado pelo Consulado do Rio de Janeiro, p. 21. M.N.E., 3º piso, Armário 11, Maço 438.

(11) O Gabinete é fundado por José Marcellino da Rocha Cabral, um advogado liberal que emigra para o Rio de Janeiro em 1828. Além das funções de advogado, fundou e dirigiu, junto com o político liberal brasileiro Francisco

género existentes em Portugal⁽¹²⁾, possui como objectivo primordial "a cultura do espírito"⁽¹³⁾. A sua criação, porém, não é única, sendo reproduzida pela colónia em pontos diversos do Brasil, como na cidade de Recife, estado do Pernambuco, e em São Salvador, Bahia⁽¹⁴⁾.

Em 12 de Setembro de 1906, o Gabinete localizado no Rio de Janeiro é agraciado com o título de "Real" por Decreto do rei D. Carlos, mais uma consagração para a instituição sediada, a partir de 1887, num edifício de estilo neo-manuelino do centro da cidade, *ex-libris* para a colónia portuguesa ali radicada. Em 1923, o presidente António José de Almeida, que estivera no Brasil um ano antes para as Comemorações do Centenário da Independência do Brasil, assina a Lei n.º 1.435, determinando o envio ao Gabinete, através do Ministério da Instrução Pública, de todas as obras publicadas em Portugal⁽¹⁵⁾. Em 1935, um outro decreto, o de n.º 25.134, ratifica o anterior, efectivando o envio das publicações. Para além de ser depósito legal, o Real Gabinete, desde a sua fundação, conta com inúmeras doações de bibliotecas particulares, como a do escritor Carlos Malheiro Dias existente no Rio de Janeiro.

Para além do acervo do Real Gabinete, a colónia conta com alguns pequenos núcleos de empréstimos de livros localizados nas associações da colónia, entre elas, as chamadas "sociedades", como a

Salles Torres Homem, ò jornal *O Despertador*, de 1836-1841, sendo o primeiro presidente do então Gabinete Português de Leitura.

(12) Sobre o tema, ver, entre outros, Luís Reis Torgal e Isabel Nobre Vargues, "Produção e reprodução cultural", in *História de Portugal*, voi. 5º, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1994, pp. 689-690.

(13) Discurso de José Marcellino da Rocha Cabral quando do acto de fundação do Gabinete Português de Leitura, 14 de Maio de 1837, citado por A.A. de Barros Martins, *Esboço Histórico. Real Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro, 1837 a 1912*, Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, 1913, p. 10.

(14) O Gabinete de Leitura da cidade do Recife é criado pela colónia portuguesa ali radicada em 3 de Novembro de 1850, e o da cidade de São Salvador fundado a 2 de Março de 1863.

(15) Assim, o Estado português, procurava assegurar "a maior expansão inter-continental da língua e da cultura portuguesa", contribuindo "para estreitar os laços espirituais que nos unem ao mais importante núcleo da colónia portuguesa do Brasil". António Rodrigues Tavares (dir.), *Fundamentos e Actualidade do Real Gabinete Português de Leitura*, Rio de Janeiro, Real Gabinete Português de Leitura, 1977, p. 128.

Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, que funciona naquela cidade nos anos trinta. De igual forma, as Casas Regionais, criadas no Brasil entre os anos vinte e cinquenta, mantêm salas de leitura, como é o caso da Casa do Minho, onde os sócios podem ter acesso aos jornais e periódicos portugueses. Na década de setenta, a Federação das Associações Portuguesas do Brasil passa a dispor de uma sede própria e de uma biblioteca formada através de doações de publicações oficiais e de bibliotecas particulares.

Para além das "salas de leitura", o emigrante mais abastado tem à sua disposição livrarias especializadas em livros portugueses que, no decorrer dos anos, disputam o mercado livreiro dos grandes centros urbanos, como o Rio de Janeiro. Nos anos trinta e quarenta, temos a Livraria H. Antunes, no Rio de Janeiro, responsável pela difusão dos discursos de Salazar⁽¹⁶⁾ e edições de obras favoráveis ao regime, como a obra de António Guimarães, *Salazar, o homem do momento*⁽¹⁷⁾. Um outro estabelecimento com prestígio neste período é a Livraria Luso-Brasileira, que oferece aos seus clientes um serviço de entrega por correio, facilitando o contacto com a colónia no interior do país. Nos anos cinquenta, a livraria Livros de Portugal vem a substituir estes dois estabelecimentos na importação e na edição de obras portuguesas. Entre as obras mais propagandeadas, temos os dicionários, as enciclopédias, os relatos históricos, os livros técnicos, a literatura romaneada e as obras sobre o folclore, a tradição popular portuguesa, ou as regiões de Portugal. Na década de cinquenta e sessenta, estas últimas obras passam a ser apresentadas em "edições de luxo", com ilustrações coloridas, destinadas ao público emigrante mais abastado⁽¹⁸⁾.

Na maioria dos casos, porém, os preços apresentados são acessíveis para a classe média em geral. Nos anos trinta variam dos 18\$000 pelos *Discursos*, de Salazar, aos 3\$00 por um opúsculo do mesmo autor intitulado *Centro Católico Português*⁽¹⁹⁾. Nos anos

O⁶) Entre as obras de Oliveira Salazar temos edições dos *Discursos*, e algumas outras obras menos conhecidas.

(¹⁷) António Guimarães, *Salazar, o homem do momento*, Rio de Janeiro, Livraria H. Antunes, 1936.

(¹⁸) É o que podemos constatar nas listas apresentadas pelas livrarias nos jornais e revistas da colónia no decorrer do período citado. Ver: Heloísa Paulo, *'Aqui também é Portugal'. A colónia portuguesa do Brasil e o salazarismo*. Dissertação de doutoramento, policopiado, Coimbra, 1997.

cinquenta, o precário, assim como a oferta, é mais variado, passando os quatro volumes dos *Discursos* a figurarem como livros de preço elevado, cerca de 218 cruzeiros, mas que não pode ser comparado aos 750 cruzeiros pedidos por um exemplar de *A Arte Sacra em Portugal*, de Armando de Lucena, o equivalente a um pouco mais que um salário mínimo pago na cidade do Rio de Janeiro.

Fora as livrarias, há ainda a possibilidade da compra de obras através de encomendas postais, através de anúncios publicitados em jornais e revistas. Nos anos trinta, a oposição divulga uma edição de *A História do Regimen Republicano em Portugal*, em 24 fascículos, disponível somente para assinantes⁽²⁰⁾. Em 1940, surge o *Álbum da Exposição do Mundo Português*, comemorativo da Exposição do Mundo Português, com "100 lindas fotografias da Exposição do Mundo Português", vendido pelo correio, em 1940, pela quantia de 30\$000 réis, um preço caro, já que equivalente a cerca de 15% do salário mínimo⁽²¹⁾.

2. O que ler: a produção periódica local e outras publicações

O emigrante possui um leque razoável de opções "literárias" a partir da própria produção da colônia. Revistas, boletins ou obras temáticas contribuem para o exercício da leitura e a criação de uma "cultura" livresca adequada aos novos padrões culturais do emigrante. Desde publicações periódicas até livros de romance, transcrições de discursos e relatos de viagens, o "universo" das publicações da colônia é bastante amplo e convive com uma imensa variedade de títulos que, editados em Portugal, conseguem ter "popularidade" entre os "patrícios" no Brasil. As associações são as primeiras a produzirem boletins e outras obras, algumas delas comemorativas de eventos ou factos da colônia. Há, de igual forma, os jornais e as revistas, mantidos por empresas particulares ou vinculados às associações, que possuem um vasto público leitor à espera de novidades da sua terra de origem.

Das associações que produzem boletins e pequenas publicações

(19) Preços de acordo com a tabela da livraria H. Antunes publicitada na *Pátria Portuguesa* no período. Notar que, nos anos trinta, a média do salário mínimo pago a um trabalhador no Rio de Janeiro é cerca de 120\$00.

(20) Ver *Portugal Republicano*, Outubro de 1932.

(21) *Voz de Portugal*, 1 de Dezembro de 1940, p. 4.

podemos destacar as de cunho político como as mais dinâmicas em termos de edição. O Centro Tradicionalista Português, fundado em 19 de Março de 1934, publica uma série de pequenos opúsculos que versam sobre a questão da monarquia portuguesa e pugnam pela defesa de uma cultura tradicionalista^(22 23). O Centro Republicano Dr. Afonso Costa e a Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, durante a primeira metade dos anos 30, divulgam obras em defesa dos ideais republicanos. Esta última, porém, sendo a única associação portuguesa que se dedica à propaganda colonial, também é responsável pela edição de uma grande variedade de publicações dedicadas a esses assuntos. Para além de um boletim trimestral, edita obras específicas como a *Cartilha Colonial*, de Augusto Casimiro, antigo governador do distrito do Congo, publicada em 1936.

Fora estas associações, outras instituições mantêm uma actividade editorial significativa. Entre elas, podemos citar a Casa de Portugal, que, nos anos cinquenta, passa a editar o *Boletim da Casa de Portugal*. Editado a partir de Julho de 1957, este boletim divulga as informações sobre as actividades da associação, mas dedica diversas páginas a temas diversos, que versam sobre a emigração, a história de Portugal e algumas instituições da colónia. A própria Federação das Associações Portuguesas do Brasil, criada em 1931, e o Real Gabinete Português de Leitura "patrocinam" diversas edições de obras relacionadas com a realidade portuguesa, nomeadamente com o regime salazarista, ou com factos relevantes para a colónia, como narrativas históricas das respectivas instituições ou publicações de discursos proferidos em actos comemorativos⁽²⁴⁾. Do mesmo modo, o Liceu Literário Português assinala os seus eventos internos com a divulgação de obras que reproduzem palestras ou lições proferidas em cursos temáticos organizados pela instituição⁽²⁴⁾.

(22) Entre outras, podemos citar publicações de Prof. Dr. Arthur de Vasconcellos, *Universidade de Cultura Tradicionalista*, São Paulo, Edição do Autor, 1948, que propõe a criação de uma espécie de universidade aberta, com palestras sobre o tradicionalismo e a causa monárquica.

(23) y er, entre outras, Federação das Associações Portuguesas do Brasil, *Vida e Obra da Federação das Associações Portuguesas do Brasil (1943-1951)*, Rio de Janeiro, Federação das Associações Portuguesas do Brasil, 1951.

(24) Um exemplo é a série de publicações do Instituto de Estudos Portugueses do Liceu Literário Português, entre as quais podemos citar a de

Instrumentos de coesão das comunidades emigradas, os periódicos constituem, contpdo, o "grosso" da produção "literária" da colônia. Mantidos pelos anúncios das casas comerciais da colônia, eles retratam a vida social local e apresentam um painel dos acontecimentos em Portugal. No Brasil, na primeira metade da década de trinta, os jornais portugueses revelam, de igual forma, a dicotomia política dos diferentes grupos de emigrantes. A partir da segunda metade dos anos trinta e durante os anos quarenta sobrevivem unicamente aqueles que postulam a defesa do regime.

Os jornais e as revistas da colônia, alguns existentes desde o século passado⁽²⁵⁾, são mantidos pelo patrocínio dos mais abastados e geridos pelos mais cultos. Nos anos trinta, ganham força e tomam-se "obrigatórios" nos estabelecimentos e casas de portugueses para serem lidos ou, ainda, "ouvidos" por aqueles que não sabem "as letras". Nas suas páginas podemos ver notícias sobre Portugal e a colônia, informações sobre os espectáculos teatrais das companhias vindas de Lisboa, o horário das sessões de cinema com filmes e documentários portugueses, a programação lusitana na rádio, e, após 1950, na televisão. A vida dos emigrantes que se destacam na colônia é noticiada nas "colunas sociais", através das felicitações aos aniversários, às formaturas, aos casamentos, aos baptizados, às viagens a Portugal e, no caso de falecimentos, quer na terra natal ou no Brasil, pelas notas fúnebres e as manifestações de solidariedade dos "patrícios". Veículos de sociabilização, os periódicos anunciam as convocações para as manifestações públicas da colônia e os pedidos para a participação em campanhas a favor de realizações em Portugal ou em socorro às catástrofes brasileiras. De igual modo, fomentam a vida social, promovendo concursos musicais ou reunindo votos para a eleição de uma representante da colônia, a "Rainha da Colônia Portuguesa do Brasil", como ocorre em Janeiro de 1932⁽²⁶⁾. Reflectindo

Pedro Calmon, *A Primeira Constituição do Brasil. Regimento de Dom João III a Tomé de Souza*, Rio de Janeiro, Liceu Literário Português, 1943.

(²⁵) Temos a menção de diversos jornais publicados no Brasil, nomeadamente no Rio de Janeiro, entre eles o *Paquete de Portugal*, datado de 1833, e a *União Portuguesa*, de 1899.

(²⁶) O jornal *Pátria Portuguesa*, do Rio de Janeiro, promove durante o ano de 1931, um concurso para a eleição da Rainha da Colônia Portuguesa do Brasil. As candidatas, apresentadas pelas associações, são votadas através de cupons existentes nos periódicos, cabendo o primeiro lugar àquela que

o debate promovido pelas diversas associações sobre os problemas da colónia, os seus editoriais costumam abordar questões pertinentes ao relacionamento da comunidade portuguesa emigrada com o regime de Lisboa, seja para exaltar as grandes datas cívicas da "Pátria" distante ou para reclamar do governo português uma maior atenção com os seus compatriotas emigrados.

O mais antigo periódico em circulação, no ano de 1930, é o *Jornal Português*, fundado em Junho de 1918, pelo jornalista emigrado Corrêa Varela. Possuindo correspondentes em Lisboa e no estado de São Paulo, o jornal apresenta uma coluna com comentários dos acontecimentos de Portugal e das colónias. Além disto, trata das actividades das colónias portuguesas no Rio de Janeiro e São Paulo. Desaparece de circulação por volta de Dezembro de 1933.

De todos os periódicos distribuídos pela colónia portuguesa no Brasil, o que vai se tomar mais próximo do ideário salazarista é, sem dúvida, a *Pátria Portuguesa*. Este jornal é criado em 1925 pelos jornalistas Crisóstomo Cruz, o mesmo Corrêa Varela e Joaquim Campos, com o capital inicial fornecido por um comerciante português fixado no Rio de Janeiro, Lourenço Teixeira. De 1930 até 1934, apresentando nas suas primeiras páginas o lema "Pela Pátria, Pela Tradição, Pela Raça", realiza uma prática discursiva que, gradativamente, se mostra favorável ao regime de Salazar.

Em Dezembro de 1932, porém, os seus responsáveis optam pelo lançamento de um outro periódico, o *Diário Português*, que, com o tempo, substituiria a *Pátria Portuguesa*, mantendo desta última o seu lema. Os dois jornais chegam mesmo a circular em conjunto⁽²⁷⁾. Em 1936, há uma cisão no *Diário Português* entre os seus directores, Dr. Mário Moreira Fabião e Henrique Ferreira Lopes, e o fundador do jornal Crisóstomo Cruz, que, em contrapartida, passa a publicar um outro jornal no mesmo estilo denominado, *Voz de Portugal*. Inicia-se

conseguisse arrecadar o maior número de votos. Óptima técnica de promoção do jornal, a eleição termina com a escolha de uma candidata de Viseu, Leopoldina Belo, e de uma açoriana, Amélia Borges Rodrigues. Esta última embarca, em 1932, para uma viagem a Portugal, oferecida como prémio pela sua classificação. Ver *Pátria Portuguesa*, 2.º semestre de 1931 a Janeiro de 1932.

⁽²⁷⁾Em 1933, a *Pátria Portuguesa* é publicada aos domingos, enquanto o *Diário Português* sai as terças e sábados.

urna disputa pela posse do nome do primeiro periódico que se arrasta até 1938, quando o *Diário Português*, de Fabião, é obrigado a modificar o seu nome para *Correio Português*. Em 1941, este sofre inúmeros percalços ante as pressões exercidas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P.) do governo de Vargas, que em Janeiro deste ano decide reexaminar o seu processo de registo, solicitando do jornal um novo pedido para a concessão de circulação⁽²⁸⁾. O seu tempo de "sobrevivência", porém, não é muito, pois dias depois da solicitação referida, a 28 de Janeiro, é suspenso sob a alegação de queixas de funcionários por não serem mantidos no emprego e não receberem os salários em atraso⁽²⁹⁾.

O periódico *Voz de Portugal*, fundado, em Abril de 1936, consegue, no entanto, nos anos seguintes ser o porta-voz mais conhecido da colónia portuguesa em todo o Brasil. A *Voz de Portugal*, que se propõe, no seu primeiro editorial, ser uma "expressão totalitária da Pátria distante"⁽³⁰⁾, revela no seu lema, impresso sempre ao cimo da primeira página, os traços da ideologia que postula : "Pela Pátria de Ontem, de Hoje e de Amanhã". A sua actuação na promoção e divulgação do salazarismo, quer pelos seus editoriais quer pelo incentivo à realização das mais diversas manifestações de apoio ao governo de Salazar, valeu a Crisóstomo Cruz, o seu director, uma comenda do Estado Português e diversos contactos pessoais com o Presidente do Conselho.

Dos elementos oposicionistas republicanos ao regime de Salazar, temos o jornal *Portugal Republicano*, editado no Rio de Janeiro. O periódico, cujo lema é "ser pela República é ser pela Pátria", circula em 1932-1933, recuperando a designação de um outro jornal

(28) O D.I.P., Departamento de Imprensa e Propaganda, responsável pela censura e circulação dos jornais no Brasil durante o Estado Novo de Vargas, é que fornece aos jornais as cotas de papel, exercendo junto dos periódicos uma vigilância permanente. Para obterem as ditas cotas, sem as quais não poderiam ser impressos, os jornais apresentam pedidos que são julgados, anualmente, pelo órgão. Sobre o caso ver o ofício da Direcção Geral do D.I.P., n.º 18, datado 11 de Janeiro de 1941, Agência Nacional, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Brasil, Lata 185.

(29) Direcção Geral do D.I.P., n.º 49, datado 28 de Janeiro de 1941, Agência Nacional, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Brasil, Lata 186.

(30) *Voz de Portugal*, 11 de Abril de 1936, p. 2.

republicano, fundado em 1908 por António Fernando de Magalhães, um exilado político do movimento de 31 de Janeiro. O seu director, Eugénio Martins, é um nome conhecido na imprensa da colónia portuguesa no Rio de Janeiro, tendo sido o fundador de um outro jornal, também de tendências republicanas na sua origem, denominado *Jornal Português*. Aquele periódico é publicado entre 5 de Outubro de 1932 e 11 de Fevereiro de 1933, quando a censura o retira de circulação, reaparecendo em 1934. A sua sobrevivência é garantida pela publicidade e através de cotas de manutenção obtidas por "correligionários" do republicanismo.

Fruto de uma dissidência entre o embaixador Martinho Nobre de Mello e o *Diário Português*, porta-voz oficioso da Federação, neste mesmo período, surge nos meios não oposicionista, um outro jornal, de duração efémera, *Portugal Novo*. Este periódico, defensor ferrenho do regime, é fundado em Maio de 1934, por Flaminio de Azevedo, que se apresenta como delegado no Brasil do *Diário da Manhã*, órgão da União Nacional, e de *A Voz*, ainda que exerça funções no consulado do Rio de Janeiro. Apesar das suas origens polémicas, este jornal promove o combate contra o periódico *Portugal Republicano*, editado pelo Centro Republicano Dr. Afonso Costa. Os seus títulos são de louvor ao governo de Salazar e à obra do Estado Novo, proclamando-se como o "jornal que revela uma Pátria Ressurgida"⁽³¹⁾. Desaparecendo por volta do segundo semestre de 1934, este periódico retoma, porém, em 1938, incorporado no *Correio Português*, circulando somente aos domingos. Além destes, e também sob a tutela do embaixador Martinho Nobre de Mello, temos o periódico *Legião Portuguesa*, que, apesar do nome, tem por objectivo ser uma "folha de cultura lusobrasileira", afirmando a sua diferenciação da instituição paramilitar portuguesa⁽³²⁾. Dirigido por Mário Monteiro, um advogado que assume o papel de jornalista, este jornal desaparece no seu número 5, em 20 de Setembro de 1938.

Além destes, temos outros periódicos, como, por exemplo, o *Mundo Português*, que surge em 1949, no Rio de Janeiro, e alcança alguma popularidade nas décadas de cinquenta e sessenta. Entre as revistas, podemos citar a *Lusitania*, que aparece no Rio de Janeiro em 1929, sob a direcção de António Guimarães, com o lema *Pela Grandeza*

⁽³¹⁾ *Portugal Novo*, 14 de Julho de 1934, p. 1.

⁽³²⁾ *Legião Portuguesa*, 28 de Maio de 1938, p. 1.

da Pátria, Pela Fraternidade da Raça⁽³³⁾; a *Revista Portuguesa*, editada na década de trinta, em São Paulo, sob a direcção de Ricardo Severo; uma outra com o mesmo nome, publicada no Rio de Janeiro, em 1938, por Simão de Laboreiro; ou ainda a revista *Vida Portuguesa*, dirigida por Bertho Condé, do mesmo período. É, contudo, nos jornais que podemos vislumbrar a trajectória da adesão ao salazarismo de grande parte da colónia portuguesa no Brasil e, de igual forma, a sua defesa, já na década de sessenta, através da folha intitulada *Mensagem do Movimento dos Portugueses do Brasil*.

Na oposição anti-salazarista dos finais da década de cinquenta, surgem diversos periódicos que se destinam a combater o regime de Lisboa, entre eles, o *Portugal Democrático* e a *Colónia Portuguesa*, ambos editados em São Paulo, seguidos, já na década de sessenta, pelo jornal *Portugal Livre*.

No que respeita ao campo das publicações, temos nos anos trinta uma produção razoável de obras, muitas delas, decorrentes da campanha em torno do regime de Salazar, envolvendo apoiantes e opositores do salazarismo. Entre os primeiros, a Federação das Associações Portuguesas é responsável por uma série de textos que denotam um tipo de propaganda bem peculiar do regime de Salazar. Este é o caso da edição brasileira do livro de Araújo Correia sob o título *Realidades e Aspirações de Portugal Contemporâneo*, cujo patrocínio da Federação das Associações Portuguesas é apresentado como uma contribuição "para a propaganda de Portugal" e "um serviço à Pátria" ⁽³⁴⁾.

Entre as obras mais conotadas com o regime produzidas no Brasil, temos as biografias de Salazar. Em 1934, em resposta ao perfil traçado pela oposição republicana com o livro de José Jobim, é publicado o livro de Armando d'Aguiar, *Oliveira Salazar, o homem e o*

⁽³³⁾ Esta Revista pertence ao mesmo organizador da *Pátria Portuguesa* e da *Voz de Portugal*, Crisóstomo Cruz, e perdura até 1934, sendo uma revista de cunho informativo e de generalidades.

⁽³⁴⁾ Araújo Correia, *Realidades e aspirações de Portugal Contemporâneo*, Rio de Janeiro, edição da Federação das Associações Portuguesas do Brasil, 1938, p. 3. Este livro reúne palestras proferidas pelo autor, um engenheiro ligado ao regime de Salazar, sobre a obra do Estado Novo, destinadas a difundir uma imagem positiva da administração do regime.

ditador⁽³⁵⁾, encomendado pela Federação das Associações Portuguesas do Brasil ao seu autor. A obra é "dedicada" aos emigrantes portugueses do Brasil para que "melhor conheçam e admirem, se possível for, aquele que hoje simboliza o novo Portugal"⁽³⁶⁾, sendo apresentada como fruto de "uma rigorosa informação"⁽³⁷⁾. Na verdade, Armando d'Aguiar está longe de poder ser classificado como um elemento não comprometido com a "voz oficial da colónia". No Brasil toma-se sócio de várias instituições, nomeadamente a Real Sociedade Portuguesa de Beneficência e a União de Beneficência Luso-Brasileira, ambas da cidade de Petrópolis, publicando um livro sobre a colónia, intitulado *Portugueses do Brasil*⁽³⁸⁾. Ao leitor, ou seja, à colónia portuguesa no Brasil, é pedido, "apenas", o apoio incondicional para a sua ordem governativa⁽³⁹⁾.

Em 1936, podemos assinalar o aparecimento de uma outra obra do género, *Salazar, o homem do momento*, de António Guimarães. O seu autor é um jornalista minhoto, radicado no Rio de Janeiro, responsável pela fundação do periódico *A Noite* e da revista *Lusitania*, sendo redactor-responsável do jornal *Pátria Portuguesa*. O livro é editado pela Livraria H. Antunes, e, apesar de conter ilustrações extraídas do "Álbum Portugal 1936", publicado pelo SPN, o seu autor afirma que a sua obra "só procura fazer justiça ao homem e aos acontecimentos, sem nada mais desejar que a paz da sua consciência de cidadão, amante da glória da sua Pátria"⁽⁴⁰⁾. E de se assinalar que

(35) Armando Aguiar, *Oliveira Salazar, o homem e o ditador*, São Paulo/Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1934.

(36) Armando Aguiar, *ob. cit.*, folha de rosto.

(37) "Este livro é de uma rigorosa informação, sendo assim, só poderá ser um livro de verdade histórica e, ao mesmo tempo, de elogio a Salazar, ao homem íntimo e ao ditador, pela simples exposição da sua vida e pela narrativa da obra que vem realizando em Portugal". Armando Aguiar, *ob. cit.*, apresentação na badana do livro.

(38) Armando Aguiar, *Portugueses do Brasil*, Lisboa, edição do autor, s.d.

(39) "Oçam, pois, todos sem discrepâncias, nem desfalecimentos a palavra do grande ministro. É a Pátria, e também a Religião que numa consonância íntima a tantos nos persuadem a certeza de que não será malbaratado o nosso concurso e colaboração em tão alevantado e patriótico empreendimento". Armando Aguiar, *ob. cit.*, pp. 138-139.

(40) António Guimarães, *Salazar, o homem do momento*, Rio de Janeiro, Livraria H. Antunes, 1936, folha de rosto.

ali aparece pela primeira vez numa obra do género no Brasil o termo "salazarista" para designar os seguidores do ideário proposto pelo Presidente do Conselho⁽⁴¹⁾.

Entre as edições "independentes" das biografias de Salazar publicadas no Brasil, podemos citar *Quem é Salazar?*, de Abel Ferraz de Souza, um imigrante radicado em São Paulo⁽⁴²⁾. Escrita no início da Guerra Civil de Espanha, a obra é marcada pela posição favorável do autor à participação da Legião Portuguesa na "defesa da civilização contra a barbárie"⁽⁴³⁾. O seu objectivo, no entanto, é apenas o de "apresentar aos meus leitores, num relato, o mais fiel e circunstanciado possível, a vida do homem que prende presentemente a atenção de todo o povo civilizado"⁽⁴⁴⁾.

Também os jornais patrocinam edições de publicações que louvam o regime de Salazar, como é o caso de *Salazar e o salazarismo. Uma impressão daquém atlântico*⁽⁴⁵⁾, editada em 1939. O seu autor é um jornalista, responsável pela direcção do jornal *Voz de Portugal* quando do processo de nacionalização dos jornais e revistas imposto por Getúlio Vargas. O presente livro reúne editoriais publicados no jornal *Diário Português* no ano de 1936. No momento em que o governo brasileiro está sob violenta pressão norte-americana para que a sua posição de neutralidade se transforme em apoio aos aliados, a postura do jornalista é a de procurar "atenuar" o ânimo dos possíveis elementos pró-nazis existentes entre os membros da colónia⁽⁴⁶⁾.

(41) "Neste século de vida nacional, os homens que faziam a política, que formavam os grupos, recebiam a vindicta popular com o plebeísmo com que o povo os brindava e se vingava. Estou a ouvir neste momento a observação de que os que aplaudem a orientação política de Oliveira Salazar são também apelidados *salazaristas*. Esses, porém, não são uma facção, um partido, um grupo: é o país" in António Guimarães, *ob. cit.*, p. 151.

(42) Abel Ferraz de Souza, *Quem é Salazar? Ecos da Revolução Nacional, que se tornou conhecida pela "Revolução de 28 de Maio de 1926"*, S. Paulo, edição do autor, 1936.

(43) Abel Ferraz de Souza, *ob. cit.*, p. 132.

(44) Abel Ferraz de Souza, *ob. cit.*, p. 41.

(45) Osvaldo Paixão, *Salazar e o salazarismo. Uma impressão d'aquém atlântico*, Rio de Janeiro, Schmidt Editor, 1939.

P*1) "Sou pungido, nesta altura, pela melancólica certeza de, até agora, não terem sido os portugueses no Brasil devidamente esclarecidos sobre o que, de fato, é o nazismo, sucedendo, ao contrário, que os seus mentores, no

No entanto, as biografias do Presidente do Conselho não são as únicas obras publicadas no Brasil que denotam a vinculação da colónia ao regime. Algumas das publicações das associações comemorativas de eventos, nas quais actuaram como "patrocinadoras", são verdadeiras "odes" ao salazarismo. Em 1937, por exemplo, a Federação das Associações Portuguesas do Brasil, publica *Pátria Nossa, Pátria Vossa*, que reúne o poema declamado por António Corrêa de Oliveira no Real Gabinete do Rio de Janeiro, na comemoração do 10 de Junho. Nesta obra, marcada por um conteúdo místico e messiânico, temos a imagem de uma "Pátria doente" que recebe de Deus um sinal, a aparição de Nossa Senhora de Fátima, sendo "salva" por dois "enviados divinos", Salazar e o Cardeal Cerejeira⁽⁴⁷⁾.

Nos períodos de maior convulsão política ou propaganda do regime, as publicações deste género ganham mais força na colónia. As comemorações do Duplo Centenário, geram uma série de edições de discursos e livros destinados a celebrar o evento⁽⁴⁸⁾, enquanto o caso da União Indiana, nos anos cinquenta, leva os editores portugueses a publicar obras dedicadas à colónia, intensamente envolvida com demonstrações de apoio à postura colonialista do regime⁽⁴⁹⁾.

Por outro lado, a oposição ao salazarismo emigra no Brasil

jornalismo, mau grado os haja tão cultos quanto dignos, só lhes fale do mal que é o bolchevismo, a cometerem o alarmante e perigoso erro de lhes recomendar à simpatia, como um bem, de todo oposto ao horror do credo vermelho, a doutrina parda, com o seu campeão, o chamado *Fueher*", in Osvaldo Paixão, *ob. cit.*, p. XIV. A referência mais directa a este tipo de propaganda toma como referencial o livro de Simão de Labreiro, *A Itália de Mussolini*, na página 75.

⁽⁴⁷⁾ Antonio Correia de Oliveira, *Patria Nossa, Patria Vossa. Saudação ao Brasil*, Rio de Janeiro, Edição Brasilusa, 1937.

⁽⁴⁸⁾ Entre estas, podemos citar: *Oito séculos de Portugal. Comemoração no Brasil*, Rio de Janeiro, Federação das Associações Portuguesas do Brasil, 1940; Federação das Associações Portuguesas do Brasil, *Os Portugueses do Brasil nos Centenários de Portugal*, Rio de Janeiro, Federação das Associações Portuguesas do Brasil, 1940.

⁽⁴⁹⁾ Eduardo Freitas da Costa (org.), *Salazar, Antologia, Discursos, Notas, Relatórios, Teses, Artigos e Entrevistas*, Lisboa, Editorial Vanguarda, 1955. Esta obra é dedicada à colónia portuguesa pela sua dedicação ao regime e possui ampla divulgação no Brasil.

também possui uma actividade editorial significativa. Na primeira metade dos anos trinta, antes do advento da ditadura de Getúlio Vargas, os oposicionistas republicanos são responsáveis pela edição de algumas obras contrárias ao regime, como o livro já referido de José Jobim, *A verdade sobre Salazar*, que reúne as entrevistas que o jornalista brasileiro conseguiu obter de Afonso Costa, antigo líder republicano no seu exílio em Paris. A obra é publicada pela editora Calvino que, neste período, publica uma série de títulos vinculados aos partidos de esquerda, posteriormente proibidos no Brasil⁽⁵⁰⁾. Nos anos após o fim do Estado Novo brasileiro, em especial nas décadas de cinquenta e sessenta, a oposição aproveita a edição de obras diversas para denunciar ao público as arbitrariedades do Estado português. Entre estas, podemos citar o caso dos livros de Roberto das Neves, publicados pela editora Germinal, como *Assim cantava um cidadão do mundo*, que reúne trovas satíricas a respeito do regime, ou *A Fome em Portugal*, escrito em parceria com Edgar Rodrigues.

Fora a questão política, existem publicações que reflectem a visão do emigrante sobre a sua condição e o país de acolhimento. Algumas delas são edições particulares e espelham a feição simplória da formação literária dos seus autores, sendo, em grande parte, relatos biográficos⁽⁵¹⁾. Outras, porém, são obras trabalhadas de nomes que possuem um certo relevo na vida intelectual da colónia, reflectindo o emigrante que rompe com o estereótipo, o de origem abastada e culta. É o caso de Simão de Laboreiro, professor, antigo Chefe Administrativo em Angola, director do jornal *O Tempo*, jornal do Partido Republicano Português, vinculado ao grupo dos simpatizantes do sidonismo. Não sendo um emigrante típico, vai para o Brasil, onde passa a exercer a função de jornalista, nomeadamente nos periódicos *A Batalha* e *Gazeta de Notícias*, ambos do Rio de Janeiro, publicando diversas colectâneas de romances e contos, como *A cancela verde e Perseverança. História de um Português no Brasil*⁽⁵²⁾.

(50) Este confronto entre a oposição e os elementos salazaristas só se repete na colónia nos anos cinquenta e sessenta, já que, a partir de 1934 e, em especial entre 1937 e 1945, com o Estado Novo de Vargas, configura-se no Brasil um período ditatorial.

(51) Alguns deles são publicados em Lisboa, na viagem de "regresso", como é o caso do livro de Albino Mano, *Memórias de um rapaz que embarcou para o Rio de Janeiro no ano de 1903 com 12 anos*, Lisboa, s.e., 1961.

(52) Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, encontramos mais três

Para além destas publicações e dos seus editores, temos de assinalar a existência de uma série de obras patrocinadas por "beneméritos" da colónia, em especial o caso da *História da Colonização Portuguesa*, editada entre 1921 e 1924, coordenada por Carlos Malheiro Dias e financiada por Albino Souza Cruz. Nesta obra participam nomes da intelectualidade portuguesa como Júlio Dantas, escritor, responsável pelo capítulo sobre o período manuelino, no primeiro volume, e Paulo Mêrea, professor da Faculdade de Direito de Coimbra, especialista em História Medieval, responsável pelo capítulo intitulado "A solução tradicional da colonização do Brasil"⁽⁵³⁾.

3. *Leitura e saber: o universo do leitor na colónia*

"Se alguém fizesse sortimento da grande quantidade de livros, ao longo de um bom espaço de tempo, acaso poderia extrair padrões gerais de experiência do contacto com a palavra escrita?"

Robert Damton, *Boémia Literária e Revolução. O submundo das letras no Antigo Regime*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 168.

"Abordar a leitura é, portanto, considerar, conjuntamente, a irreduzível liberdade dos leitores e os condicionamentos que pretendem refrá-la"

Roger Chartier, "Textos, impressos, leituras", in *A História Cultural. Entre práticas e representações*, Lisboa, Difel, 1988, p. 123.

títulos de colectâneas da autoria de Simão de Laboreiro, enquanto no Real Gabinete Português de Leitura, na mesma cidade, localizamos apenas duas obras, *A Itália de Mussolini* e *As Colónias Portuguesas* (uma colectânea de artigos sobre Angola e a questão colonial). Ele é o autor do resumo histórico presente na obra Simão Laboreiro (org.), *A acção dos portugueses do Brasil*, Rio de Janeiro, s.e., 1940.

⁽⁵³⁾ Carlos Malheiro Dias, *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, vols. I, II, III, Porto-Rio de Janeiro, Litografia Nacional, 1921-24. Sobre o tema ver Luís Reis Torgal, "Sob o signo da 'Reconstrução Nacional'", in Luís Reis Torgal, Fernando Catroga e José Maria Amado Mendes, *Historia da Historia em Portugal. Séculos XIX-XX*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1996.

O debate entre historiadores e sociólogos acerca das relações entre o mundo da leitura e o universo dos leitores é já "antigo" e tem contribuído para a temática do livro e da leitura, fazendo crescer a edição de obras dedicadas ao tema⁽⁵⁴⁾. Na verdade, quando olhamos para locais como a Biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura vemos que esta relação está longe de ser simples e unilateral. Nas grandes mesas que ocupam o salão, podemos ver os mais diversos periódicos portugueses sendo constantemente remexidos por emigrantes saudosos de notícias da terra distante. Ao lado destes, temos aqueles que revolvem antigas obras encadernadas, clássicos da literatura portuguesa, à procura de um mundo passado, semelhante à imagem que guardam da sua aldeia. E, mais além, grupos de estudantes à procura de obras para trabalhos escolares ou material para dissertações académicas. Nas livrarias especializadas, por outro lado, temos obras de brochuras simples ao lado de edições de luxo, ricamente ilustradas, oferecendo uma gama variada para todas as bolsas mais afortunadas. No entanto, a questão principal é saber o que o emigrante escolhe como obra de leitura neste universo variado de ofertas.

Na Biblioteca do Real Gabinete, que reúne cerca de 150 mil volumes, existem relatórios sobre a frequência de leituras e de empréstimos, nos quais as obras se encontram classificadas numa tipologia própria⁽⁵⁵⁾. O leitor é dividido em duas categorias, o consultor, que vê a obra no local, e o de leitura domiciliar, em geral um accionista, ou seja, alguém ligado directamente a estrutura da instituição através de doações mensais e que, na sua maioria, é um emigrante. Dentre os sectores mais procurados, temos a literatura, a história e geografia, a linguística e filologia e as "obras gerais". A frequência em determinados campos tende a apresentar algumas variações de vulto em termos do número de consulta anual. É o caso da sociologia, onde são classificados os trabalhos sobre política, cujo

(M) Sobre uma visão geral dos trabalhos ver, entre outros, Robert Darnton, *Boémia Literária e Revolução. O submundo das Letras no Antigo Regime*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987, ou ainda, Roger Chartier, *A História Cultural. Entre práticas e representações*, Lisboa, Difel, 1988.

(55) Esta tipologia engloba as obras por categorias, algumas delas, pouco definidas. História e Literatura são algumas das áreas mais precisas, ao lado de definições mais abrangentes, como as de "Obras Gerais" que abrangem um universo muito variado de categorias.

percentual de consultas aumenta nos anos que marcam o impasse e a participação efectiva do Brasil na IIª Guerra (1941 a 1944) e o processo de redemocratização do país, após o término do conflito (1946). Algumas rubricas, como a religião, a filosofia ou a dedicada às "ciências aplicadas", ou seja, aos livros técnicos, mantém um registo de consultas pouco variável. Por sua vez, o número de leitores apresenta uma oscilação pequena, nem sempre servindo como reflexo do aumento de número de membros da colónia. Apesar dos números, as conclusões a que podemos chegar através destes relatórios são insuficientes para configurar a imagem do emigrante-leitor.

Mais uma vez, porém, surge o problema da relação entre o público leitor e a leitura escolhida. Na verdade, se não podemos determinar o que se lia, podemos detectar alguns índices reveladores da preferência de determinado leitor da colónia. Através da análise do acervo do Real Gabinete, por exemplo, podemos não só ter a ideia de que tipo de leitura está disponível, mas constatarmos a existência de algumas condicionantes ideológicas presentes na composição do espólio bibliográfico. O mais forte de todos é o salazarismo que exerce na comunidade emigrante uma clara influência, nomeadamente através das referências ao Presidente do Conselho Oliveira Salazar. São inúmeras as obras de cunho biográfico ou panegírico que fazem parte do espólio do Real Gabinete Português de Leitura, em especial, publicações editadas no Brasil, como o de Armando de Aguiar, *Salazar, o homem e o ditador*, ou ainda, a obra escrita por Henrique Cabrita intitulada *A Verdade sobre Salazar*, uma "resposta" oficial às declarações contidas no livro de José Jobim⁽⁵⁶⁾. De igual modo, atestamos a não existência em depósito de periódicos da oposição emigrada. Jornais como *Portugal Republicano* ou *Portugal Democrático*, simplesmente não são mencionados nos catálogos da sala de leitura⁽⁵⁷⁾. Nestes anos e nas décadas de vigência do regime salazarista, a censura "velada" exercida pelos dirigentes do Real Gabinete filtra a possibilidade de

⁽⁵⁶⁾ Esta obra possui o maior número de exemplares entre as obras do género: seis ao todo.

⁽⁵⁷⁾ O mesmo ocorre com Boletins de associações que assumem uma posição contrária ao regime salazarista. É o caso da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, que, apesar de ter uma cota especificada no catálogo, não é encontrado no acervo.

escolha do leitor emigrante no que respeita a visão da realidade portuguesa.

Por outro lado, o discurso presente nos periódicos da colônia, a leitura mais "comum" entre os emigrantes⁽⁵⁸⁾, pode revelar alguns dos temas mais "cativantes" da atenção dos seus leitores. Com uma quantidade razoável de ilustrações que permitem uma leitura fácil e uma rápida apreensão do conteúdo, os jornais e revistas apresentam uma gama variada de secções que evocam a aldeia natal e abordam temas ligados ao sentimento nacionalista do emigrante. Em todos os periódicos são comuns as colunas referentes às aldeias portuguesas e aos costumes tradicionais, como, entre outras, "Saudades da Nossa Terra", publicada na *Pátria Portuguesa* nos anos trinta, abordando o pitoresco das aldeias⁽⁵⁹⁾, ou, ainda, o noticiário da terra, como em "O que vai pelas províncias da nossa terra"⁽⁶⁰⁾. Com igual intenção, são inseridas secções dedicadas à história de Portugal, sendo, algumas delas, dedicadas ao público infantil⁽⁶¹⁾. A história, o folclore e o universo da chamada "cultura popular" se encontram relacionados com a imagem da terra de origem, funcionando como argumentos atractivos da atenção do público emigrante. Tais temáticas estão igualmente presentes nos Boletins das associações, aparecendo ao lado de questões mais específicas das instituições responsáveis⁽⁶²⁾. Também nestas publicações podemos ver sonetos, crónicas e excertos de romances que acrescentam um cunho literário ao texto apresentado⁽⁶³⁾.

(s») Nos anos 30, por exemplo, a revista *Lusitania* atinge a tiragem de 50.000 exemplares quinzenalmente.

(59) Como, por exemplo, "Saudades da Nossa Terra: Moncorvo", *Pátria Portuguesa*, 11 de Janeiro de 1930, p. 5, ou "Saudades da Nossa Terra: Ilha da Madeira", *Pátria Portuguesa*, 4 de Janeiro de 1930, p. 5.

(60) y er, entre outros, *Voz de Portugal*, 14 de Abril de 1936, pp. 10 a 12.

(61) Ver, entre outras, a sessão intitulada "As noites do Avozinho. Contos da História de Portugal para crianças e adultos", assinada por José Agostinho na revista *Lusitania* nos anos 30.

(62) É o caso do *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, que dedica grande parte do seu texto às questões coloniais.

(63) No *Boletim da Casa de Portugal* é comum a presença de páginas dedicadas à poesia, como os "Três Sonetos", de Eugênio de Castro, no *Boletim da Casa de Portugal*, n.º 5, de Julho/Setembro de 1958.

Algumas obras ganham espaço no público da colónia devido à temática que apresentam. Os romances que falam do problema da emigração, por exemplo, possuem uma boa aceitação entre os emigrantes no Rio de Janeiro. Um exemplo, é *Perseverança!*, de Simão de Laboreiro, que conta a trajectória de um emigrante português no Brasil e o seu posterior retomo a Portugal. Este livro alcança nove edições, entre 1933 e 1942, sendo publicado como "folhetim" no jornal *Voz de Portugal*, durante o ano de 1940.

Por fim, cumpre assinalar as publicações nas quais o Estado salazarista investe como forma de propaganda. Para as bibliotecas da colónia são enviadas diversas obras de divulgação, destinadas a apresentar uma imagem idealizada do país e do regime. Um dos exemplos mais marcantes, é a publicação *Portugal, Breviário da Pátria para os Portugueses ausentes*, editado pelo Secretariado Nacional de Informação de Portugal, de 1946, e ampiamente propagandeada nos jornais da colónia como um "livro obrigatório" para todo o emigrante⁽⁶⁴⁾. Composta de textos que versam sobre a geografia, a organização política, etnografia, literatura e a história portuguesa, com mapas e ilustrações, esta obra está presente em diversas salas de leitura da colónia e em espólios particulares⁽⁶⁵⁾. O mesmo ocorre com o periódico *Notícias de Portugal*, difundido pelo Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, o SNI, a partir de 1947.

O quadro apresentado oferece uma pequena visão do universo de leitura disponível para o emigrante. E, apesar da possibilidade de detectarmos algumas das preferências do leitor, o seu perfil mais completo está longe de poder ser delineado com maior precisão. No entanto, a falta de dados acerca da compra de obras, os títulos mais procurados nas bibliotecas e a inexistência de inventários das bibliotecas particulares existentes na colónia dificultam o traçado de uma imagem real do público leitor. O que podemos afirmar, porém, é que diante da grande circulação de periódicos, da frequência de salas de leitura, como o Real Gabinete Português de Leitura, e a presença constante de publicidade de livrarias especializadas nos

^(M) Ver, entre outros, *Voz de Portugal*, 7 de Março de 1948, p. 12.

⁽⁶⁵⁾ É o caso da Biblioteca da Federação das Associações Portuguesas do Brasil que, formada da doação de bibliotecas particulares, possui diversos exemplares desta obra.

jomais e revistas da colônia, o estereotipo do "brasileiro" ignorante e rude merece e deve ser repensado.

Quadro Geral dos índices Estatísticos disponíveis no Real Gabinete Português de Leitura referentes aos empréstimos de obras⁽⁶⁶⁾

	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947
Filosofia	385	398	555	562	668	525	605	378	492	448
Religião	328	474	309	270	276	305	299	415	515	444
Sociologia	523	546	582	845	842	835	1.029	977	1.617	1.087
Linguística Filologia	725	647	542	832	957	1.221	1.755	849	1.335	1.682
Ciências	443	459	535	740	751	911	1.180	1.031	880	1.159
Ciências Aplicadas	428	417	482	677	757	839	1.219	982	1.296	950
Belas Artes	402	435	492	540	589	478	636	603	985	602
Literatura	3.669	4.314	4.557	2.320	2.046	2.450	2.868	2.915	3.103	3.313
História e Geografia	642	1.233	1.194	1.421	1.465	1.722	1.715	1.462	2.152	1.901
Obras Gerais	4.171	3.900	4.679	1.806	2.421	2.065	2.521	2.503	2.299	2.496
TOTAL	11.716	12.813	13.927	10.013	10.772	11.351	13.833	12.415	14.664	14.082
TOTAL DE LEITORES	11.531	12.563	13.250	12.621	14.158	13.106	13.230	11.849	13.812	12.872

⁽⁶⁶⁾ Dados retirados dos Relatórios do Real Gabinete Português de Leitura. Anos de 1938-1954, não havendo dados disponíveis para os demais anos da década de trinta e cinquenta.

	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954
Filosofia	358	522	659	826	947	971	890
Religião	555	482	486	420	439	466	461
Sociologia	534	462	567	777	890	576	575
Linguística Filologia	1.551	1.745	1.197	1.054	910	735	778
Ciências	537	384	299	416	613	398	422
Ciências Aplicadas	530	460	381	353	617	554	446
Belas Artes	437	625	642	798	911	905	728
Literatura	2.923	3.232	2.537	2.925	3.535	3.952	4.104
História e Geografia	1.466	2.228	1.484	1.012	2.781	2.233	3.897
Obras Gerais	2.117	3.254	3.258	2.878	4.302	3.854	6.039
TOTAL	11.008	13.394	11.510	11.459	15.945	14.644	18.340
TOTAL DE LEITORES	10.119	12.620	10.916	11.100	14.688	14.229	17.516